

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: OS CAMINHOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM PORTUGAL

Jusciney Carvalho **Santana** – UFAL

Maria Luisa Machado **Cerdeira** – Universidade de Lisboa

Resumo

O estudo apresenta indicadores associados ao ensino superior numa análise comparativa entre Portugal e Brasil, nas duas últimas décadas. Trata-se de uma pesquisa realizada entre pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade de Lisboa. Para cumprir os objetivos, no caso brasileiro, foram utilizados dados de edições do Censo de Educação Superior, publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira- INEP, além de preceitos legais. Sobre o contexto em Portugal foram analisadas as informações da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico- OCDE. O artigo é concebido em pressupostos teóricos interpretativos, a partir da metodologia de abordagem qualitativa, tendo como método de investigação o bibliográfico. Os pesquisadores concluíram que, apesar dos avanços identificados, nas duas realidades educacionais, o cenário aponta para necessidade de novos investimentos em políticas públicas, tendo em vista que o processo de privatização provocou efeitos nocivos para acessibilidade e equidade no ensino superior, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais nos dois países.

Palavras-chave: Ensino Superior, Privatização, Políticas Públicas, Portugal, Brasil.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: OS CAMINHOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM PORTUGAL

Introdução

O estudo apresenta alguns indicadores associados ao ensino superior, representativos nas duas últimas décadas, no Brasil e em Portugal, buscando analisar os efeitos das políticas públicas para esse nível de ensino, nos dois contextos.

Sobre a trajetória do ensino superior em Portugal é preciso compreender como o processo de privatização aconteceu, via financiamento, cujas despesas são de responsabilidade compartilhada entre estudantes, as famílias e o Estado (CABRITO, 2002; CERDEIRA, 2009; CABRITO E VERA JACOB, 2011). Para isso, estão presentes dados da Direção de Estatísticas da Educação e Cultura- DGEEC/MEC e da legislação vigente.

No caso brasileiro, além da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN (Lei n. 9294/96), as ações voltadas para o ensino superior, no Plano Nacional de Educação¹, são analisados porque, de fato, ilustram como as políticas postas legitimam e aprofundam o processo de privatização na educação superior brasileira (FRIGOTTO, 1996; DIAS SOBRINHO, 2002; LEHER, 2007; CUNHA, 2007; SEVERINO, 2008; MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015), mesmo considerando a expansão da rede pública através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI².

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira delas situa o contexto da educação em Portugal para, em seguida, apresentar a realidade no Brasil. Nas considerações finais são apresentadas algumas notas finais da investigação. Dentre os resultados os pesquisadores concluem que, apesar dos avanços identificados, o cenário educacional aponta para necessidade de novos investimentos em políticas públicas e maior engajamento político dos atores sociais (professores, gestores, técnicos e estudantes) tendo em vista que o processo de privatização provocou efeitos nocivos para acessibilidade e equidade no ensino superior, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais nos dois países.

1. O contexto do ensino superior em Portugal

De acordo com Cerdeira (2009), Portugal sofreu um atraso histórico secular em relação à educação e, em particular, ao ensino superior. De fato, chega-se aos anos de 1970 com um atraso significativo em comparação com a maioria dos países europeus. Com a Revolução dos Cravos³, em 1974, inicia-se um período de mudança no país e no

¹ O novo PNE foi instituído pela Lei 13.005/2014.

² Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

³ O Movimento das Forças Armadas, composto por militares e por estudantes universitários culminou com a implantação do regime democrático e a instauração da nova Constituição em 25 de abril de 1976.

âmbito da educação e, sobretudo no ensino superior, há uma recuperação de muitas décadas de abandono e de desinvestimento. Passados mais de 30 anos, é possível constatar que houve uma verdadeira revolução na frequência escolar e a situação mudou profundamente.

O novo contexto, com efetiva democratização do acesso à educação contou, sobretudo, com a participação da escola pública, mas não exclusivamente. Analisando a distribuição dos estudantes matriculados no subsistema do ensino superior, verifica-se a participação do ensino privado, mesmo considerando, nas últimas décadas, uma diminuição progressiva nesse setor.

No início da década de 90 a rede particular atinge o seu valor mais expressivo, correspondendo a 37% dos estudantes matriculados, em virtude da procura elevada por ensino superior e da capacidade limitada na oferta do sistema público. À medida que as instituições públicas foram sendo ampliadas, com fortes investimentos na construção de novos edifícios, em parte com o apoio de fundos provenientes da União Europeia, configurou-se um crescimento no setor público e um decréscimo no privado, que em 2013/2014 passou a representar 16,8% do sistema, conforme Tabela 1, a seguir.

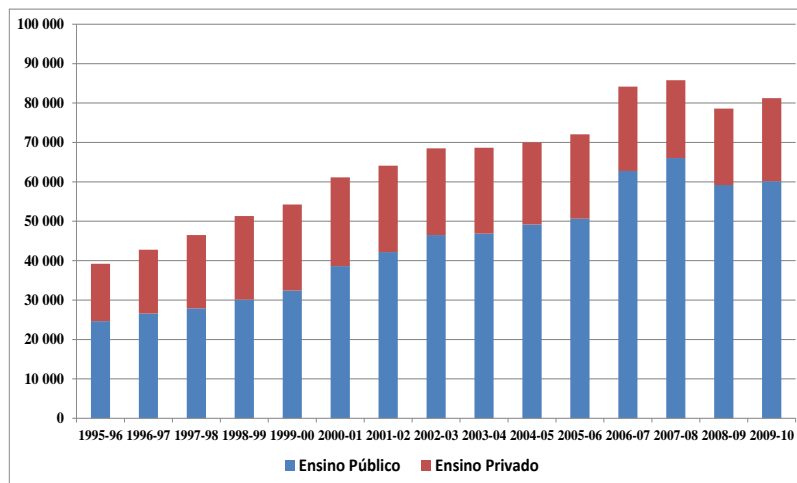
Tabela 1– Matriculados no ensino superior por tipo de instituição – 1992/93 a 2013/14

	Instituições		Instituições		Total Superior
	Públicas	Peso%	Privadas	Peso%	
1992/93	164433	66,8%	81649	33,2%	246082
2002/03	290532	72,5%	110299	27,5%	400831
2012/13	309901	81,9%	68552	18,1%	378453
2013/14	308835	83,2%	62161	16,8%	370996

Fonte: elaborado pelas autoras, dados extraídos do DGES e DGEEC (2015)

O aumento do acesso ao ensino superior, de uma taxa bruta de escolarização de 10,9% em 1981 para 53,8% em 2010, retrata-se numa acentuada qualificação e com a obtenção de graus acadêmicos de nível superior por cada vez mais pessoas, como se torna visível no Gráfico 1.

Gráfico 1– Concluintes do ensino superior por tipo de ensino – 1995/1996 a 2009/2010



Fonte: DGEEC/MEC (2013)

Contudo, a distribuição da frequência escolar por subsistema (público/ privado) não permite compreender efetivamente a dimensão no que concerne ao nível de privatização do ensino superior em Portugal. Há que se considerar que o crescimento acentuado do setor público ocorreu, em paralelo, à adoção de anualidades pagas pelos estudantes, e que ao longo da década de 90 (e posteriores anos) significou a captação de uma parte significativa dos recursos das universidades e institutos politécnicos públicos através das receitas dessas anualidades.

No tangente ao modelo de financiamento do ensino superior público, Portugal tem tido um percurso que se aproxima mais do modelo anglo-saxônico, com a introdução de propinas⁴ e com a diminuição progressiva do financiamento público, do que do modelo seguido na Europa continental, onde a parte do financiamento privado nas instituições de ensino superior públicas é bem menos expressiva.

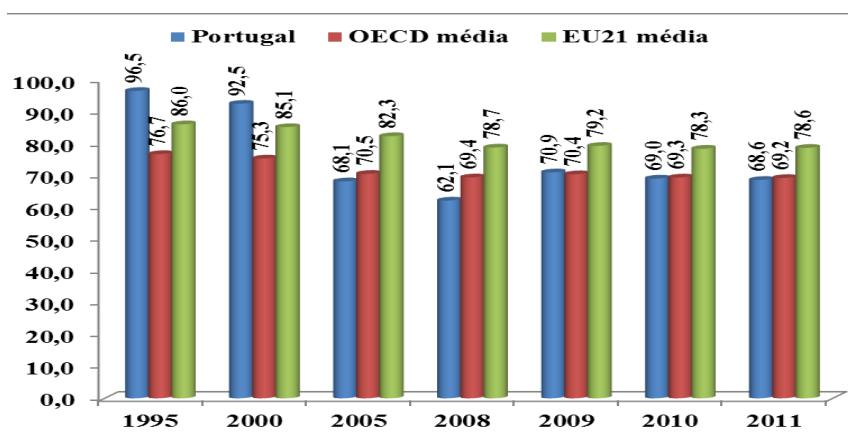
As receitas obtidas através das anualidades foram até à última década do século passado relativamente marginais para o financiamento do ensino superior público. Até 1992, o valor da propina fixado era de natureza simbólica. Posteriormente foram publicados novos enquadramentos jurídicos que vieram instituir e atualizar o pagamento de anualidades nas universidades e institutos politécnicos públicos.

Desse modo, o contexto do ensino superior em Portugal, apresentou um rápido e acentuado processo de privatização do financiamento das instituições de ensino superior públicas, em particular à alteração no valor das propinas introduzido pela Lei n. 37/2003, com as receitas geradas pelas propinas dos estudantes a tornaram-se uma fatia assinalável dos recursos das instituições públicas.

⁴ Nome dado em Portugal ao pagamento de valores anuais por ano letivo (anualidades) pelos estudantes e/ou suas famílias.

No contexto internacional, a evolução portuguesa no que diz respeito à diminuição do financiamento público das instituições de ensino superior público destaca-se de forma bem evidente. O nível de participação da despesa pública no funcionamento das instituições de ensino superior, em algumas regiões, apresenta uma progressiva diminuição desse peso (OCDE passa-se de 77% em 1995 para 69% e a União Europeia de 86% para 79%; no caso de Portugal essa diminuição é bem mais significativa com a passagem de 97% para 69%), conforme a representação do Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2- Peso da Despesa Pública nas Instituições de Ensino Superior 1995- 2011 (em %)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do OECD- Education at a Glance (2014).

Visando a acessibilidade do ensino superior, a concessão de bolsas para apoio aos estudantes mais carenciados é uma estratégia base no sistema de apoio social português, sendo concedidas aos estudantes no âmbito do ensino superior público e também no privado.

Quanto aos estudantes do ensino superior privado, o apoio só se iniciou em 1991, e de forma muito modesta, com a concessão de alguns subsídios. Estabelecia-se um determinado teto orçamental a ser concedido em subsídios aos estudantes do ensino privado carenciados, os quais eram seriados e posicionados por ordem decrescente de carência. Os estudantes que viessem a ser abrangidos até ao valor do teto global orçamental aprovado tinham direito a receber; quem, mesmo reunindo condições, não estivesse dentro desse teto não recebia qualquer apoio.

Com a Lei de Bases do Financiamento Lei n. 113/97, o sistema de bolsas foi efetivamente alargado ao setor, ainda que só a partir do ano de 2000 os termos de

referência usados no ensino público fossem totalmente adotados ao privado, tendo-se também previsto uma compensação extra para o pagamento das propinas pagas neste setor. Por sua vez, o Governo determinou um valor limite de propina que podia ser reconhecido para este efeito, o que serviu de certa forma como instrumento de regulação desse subsistema e evitar um aumento muito significativo das anualidades nesse segmento.

A leitura da evolução do número de bolsistas nos sistemas público e privado indica que no início dos anos 90, período de maior expansão da rede privada em Portugal, o número de bolsistas era praticamente irrelevante e só na década de 2000 esse valor cresce de forma significativa e atinge o valor máximo em 2003 e 2004 (cerca de 22% do total). Após esse momento de novo se assiste ao decréscimo, situando-se em 2013 no valor de 10,5%.

Para além do mecanismo das bolsas, os estudantes podem candidatar-se a viver numa residência através dos Serviços de Ação Social, sendo preferencialmente escolhidos os bolsistas. Há também refeições com preços subsidiados nas cantinas das instituições públicas.

Em 2007, seguindo o conselho da OCDE, o Governo Português criou um sistema de empréstimos estudantis⁵, completando assim os mecanismos de apoio social aos estudantes, que tem um âmbito de aplicação universal, abrangendo todos e todas as instituições, quer sejam estudantes da formação inicial ou de pós-graduação e doutorado, quer sejam os que estão envolvidos em programas de mobilidade internacional (Programa Erasmus ou outros), nomeadamente com estadias de três a doze meses.

De acordo com os últimos dados conhecidos provenientes da Comissão de Acompanhamento do Sistema de Empréstimos, entre 2007/2008 e 2012/2013 foram estabelecidos 19.629 contratos de empréstimos, num valor total que ascende a cerca de 225,3 milhões de euros.

Segundo Costa e Caetano (CIES, 2011), considerando a quantidade de empréstimos contraídos até ao ano de 2010/2011, os estudantes do ensino privado representavam 41,8%, enquanto em 2011 os estudantes deste subsistema só representavam 22,3%. Ou seja, são estes que evidenciam uma sobre-representação. A

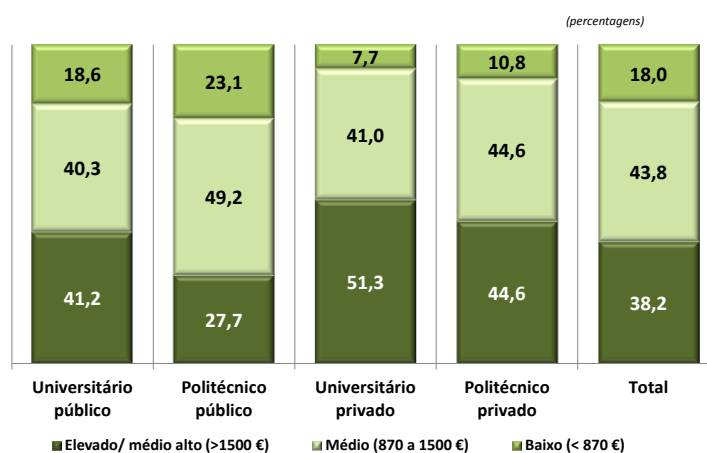
⁵ Sistema de Garantia Mútua. Decreto-Lei n.º 309-A, de 7 de Setembro de 2007.

explicação sobre esse fenômeno surge no mesmo relatório (CIES, p.35), quando se afirma:

Esta diferença é indissociável do facto de os empréstimos com garantia mútua poderem constituir um suporte financeiro fundamental para fazer face aos custos acrescidos que a frequência do ensino privado implica, nomeadamente em termos de propinas. Para além disso, a familiaridade com operações financeiras e a capacidade de endividamento são mais esperáveis em estudantes oriundos de famílias com condições socioeconómicas mais favoráveis, presentes em maior proporção nas instituições privadas de ensino superior.

No estudo sobre o Custo dos Estudantes no Ensino Superior Português- CESTES (2014) e reportando-se a uma aplicação de um questionário a uma amostra representativa para todo o ensino superior português no ano de 2010/2011, revelou-se que a composição socioeconômica dos estudantes do ensino privado era mais favorável do que a dos do ensino público, conforme o Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3- Estudantes do Ensino Superior Português 2010/2011



Fonte: CESTES/2014

Nesse mesmo estudo, esta situação é também confirmada quanto ao capital cultural dos estudantes. Na rede privada os alunos apresentam um nível mais elevado de pai com nível superior (32%) do que os da rede pública (20%). O mesmo acontecendo no caso da mãe dos estudantes, respectivamente com 29% e 20%.

Portanto, o mecanismo de bolsas está preferencialmente destinado aos estudantes provenientes de estratos economicamente mais desfavorecidos e os empréstimos para a generalidade dos estudantes independentemente das suas origens sociais e condições de vida e que os dados referentes quer às bolsas de estudo, quer aos empréstimos denotam

concordância com o estatuto socioeconômico dos estudantes do ensino público e privado.

Em síntese, Portugal nestas últimas décadas, fez um percurso de qualificação da sua população, com o crescimento acentuado da escolarização superior e, sobretudo com um sistema em que predomina o ensino superior público. Contudo, esse crescimento fez-se também acompanhado por certa privatização do próprio ensino superior público, com a introdução do pagamento de anualidades pelos estudantes, o que levou a que os recursos provenientes dos pagamentos dos estudantes se tornassem cada vez mais relevantes para o funcionamento das universidades e institutos politécnicos públicos. De fato, Portugal apresenta um nível de privatização do financiamento das instituições de ensino superior público dos mais elevados a nível europeu e do grupo de países da OCDE.

2. O contexto da educação superior no Brasil

De acordo com os dados da Organização e Desenvolvimento Econômico- OCDE, o Brasil apresentou uma baixa classificação no exame do Programa Internacional de Avaliação do Estudante- PISA⁶, aplicado em 2012. Comparando-se aos demais países em desenvolvimento que compõem o BRICS, como China e Rússia, o Brasil está bem atrasado. A China está em primeiro lugar nos exames de Matemática e Leitura, enquanto a Rússia ocupa as 36^a e 41^a posições. O Brasil, apesar do crescimento econômico e desenvolvimento social dos últimos anos, está em 58^o e 55^o lugar. Tanto os conhecimentos linguísticos quanto os matemáticos são determinantes para o desempenho escolar e na continuação dos estudos.

Mesmo considerando o atual Plano Nacional de Educação- PNE, quanto ao Financiamento da Educação (meta 20), com a previsão de aumento do Produto Interno Bruto- PIB, de 7% para 10%, até 2024, a situação da educação básica é muito preocupante, tendo em vista que os problemas de aprendizagem dos estudantes são acumulados e podem continuar limitar limitando o acesso ao ensino superior por boa parte da população brasileira que frequenta a escola pública.

Por essas razões, embora os debates sobre a educação superior no Brasil começaram a ser intensificados, a partir dos anos 90, em virtude da necessidade de se

⁶ Os resultados do PISA 2012 podem ser acessados a partir de <<http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2015.

compreender os efeitos do processo da sua expansão, predominantemente atrelada ao ensino privado, é consensual a ideia de que continua existindo a agenda por novas investigações.

Duas décadas já se passaram e essa demanda por mais pesquisas ainda são justificadas tendo em vista que, para além da compreensão sobre os motivos dos rumos privatizantes do ensino superior brasileiro, é necessário avaliar seus avanços e retrocessos, a partir das políticas governamentais implementadas nas universidades públicas, como as ações afirmativas, REUNI e Universidade Aberta do Brasil- UAB e também aquelas aplicadas no ensino privado, com as políticas de financiamento estudantil como Programa Universidade Para Todos- PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil- FIES.

Somadas, tais ações federais culminaram com a implantação de novos *campi*⁷, novas unidades de ensino, novos cursos e, como efeito, um aumento significativo de novas vagas para estudantes na educação superior, culminando com um incremento de maior acesso, no ensino presencial e no ensino a distância.

O contexto atual no Brasil, porém, deriva de eventos históricos anteriores, razão pela qual não pode estar desvinculado da trajetória da educação superior, e, portanto, dos seus dispositivos legais, a partir da década de 90. O texto da Constituição de 1988, por exemplo, dedica poucos aspectos ao ensino superior, e por outro lado, deixam implícitas as opções políticas e ideológicas do Estado Brasileiro (SEVERINO, 2008), especialmente quando, no parágrafo 2º do inciso II do artigo 213, ao determinar que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio do Poder Público” não explicita textualmente quais seriam as formas de apoio do Estado, sobretudo em relação às instituições públicas.

A LDB n. 9294/96, por sua vez, regulamentou os princípios constitucionais relacionados ao ensino superior e consagrou “uma tomada de posição francamente adepta das consígnias da visão neoliberal da educação” (SEVERINO, 2008, p. 80), tendo em vista que autoriza tanto a criação quanto determina o modo de funcionamento das entidades mantenedoras privadas de ensino superior. Segundo Cunha (2004),

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), resultante de projeto patrocinado pelo governo, foi pródiga para com a expansão

7 Uma das metas do REUNI foi a de oportunizar a oferta de ensino superior para além das capitais brasileiras. A interiorização se deu através dos cursos do Sistema UAB e também na implantação de universidades em cidades do interior no Brasil.

privatista. Para compreender a amplitude e o conteúdo da normatização do ensino superior pela LDB cumpre observar o que essa lei determina tanto quanto suas omissões. (CUNHA, 2004, P. 803-804)

Então, Universidades, Centros Universitários e Faculdades passaram a ser definidos legalmente, mas com propósitos diferentes. Segundo o autor:

A instituição universitária foi definida, de modo genérico, como a que desenvolve “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional”. Em médio prazo, ela deve cumprir requisitos específicos, relativos à qualificação e dedicação dos docentes: um terço deles deve ter títulos de pós-graduação de mestre ou de doutor; um terço (não necessariamente os mesmos) deve atuar na instituição em tempo integral. (CUNHA, 2004, P.803-804)

Posto em lei, isso provocou a implantação de Instituições de Ensino Superior-IES, presenciais e a distância, com qualidade questionáveis, e com equipe de professores horistas (com baixas cargas horárias), já que não seriam contratados com dedicação exclusiva, como no caso das universidades públicas, razão maior das críticas dos pesquisadores brasileiros, que defendem a concepção de universidade laica, pública, gratuita e de boa qualidade para a população, a exemplo de autores como Frigotto (1996), Dourado et all (2003), Dias Sobrinho (2003), Santos & Naomar-Filho (2008).

O fortalecimento do setor privado foi favorecido, sobretudo, a partir do estabelecimento de isenções fiscais e demais incentivos aos grupos de empresários do ramo educacional. De acordo com Leher (2003, p. 88-89):

Dessas interconexões entre empresários e governo, resultaram:

- falta de controle público sobre as mensalidades;
- isenções tributárias, inclusive da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira- CPMF e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento), para todas as instituições “sem fins lucrativos” como no Rio de Janeiro, a Estácio de Sá, a UniverCidade e a Gama Filho;
- empréstimos a juros subsidiados, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, superando em dois anos, cinco anos de verbas de Outros Custeios das IFES;
- renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma “economia” de até 30% da folha de pagamentos); e ainda,
- os repasses de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do FIES.

Essas concessões configuraram-se, portanto, na legitimação da transferência dos cofres públicos para investimento na rede de ensino privada. Sedimentou-se, desse modo, novos sentidos da educação superior brasileira. Antes, em sua essência, a universidade tratava-se de uma instituição social concebida como espaço de criação, crítica, produção de conhecimento para elevar a compreensão e qualidade de vida. “Agora, tende a se reduzir a organização que se estrutura e age em função da economia”. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 100)

Sobre essa evolução, em termos quantitativos de oferta de instituições de ensino superior, na Tabela 2 a seguir, o retrato da educação superior brasileira, nas duas redes, pública e privada, considerando os anos de 1993, 2003 e 2013.

Tabela 2- Número de Instituições de Educação Superior por Organização e Categoria Administrativa- Brasil- 1993- 2003 – 2013

Ano	Total	Rede	
		Pública	Privada
1993	873	274	599
2003	1859	207	1852
2013	2391	301	2090

Pelos dados do INEP é possível confirmar que a educação superior brasileira continua sendo ofertada, predominantemente, nas IES da rede privada, numa escala ascendente, tendo tido um investimento bem mais acentuado do que na rede pública, ao longo das duas décadas. Em termos quantitativos, em 1992 a rede pública correspondia a 31,4% do percentual de instituições, tendo reduzido para 11,1% em 2012. Já a rede privada ampliou a sua oferta de IES de 68,6% para 88,7%, no mesmo período.

Na década seguinte, em 2012 a rede privada mantém sua predominância, correspondendo a 87,4% da oferta total no país. Na rede pública, o aumento de 11,1% para 12,6% deriva da ampliação provocada pelo REUNI, especialmente com a interiorização das universidades.

Essa adesão explícita à via de privatização, pela admissão aberta e franca das instituições com fins lucrativos, está em conformidade com a agenda neoliberal para a cultura, a ciência e a educação (SEVERINO, 2008, p. 80).

Entretanto, seguramente há muito mais vagas ociosas nas privadas, sobretudo pela incapacidade financeira dos estudantes brasileiros, como também chama a atenção Leher (2003), o ensino privado, ao contrário da crença difusa e das proposições dos

dirigentes do MEC, é mais elitizado do que o público. Pela insuficiência financeira para arcar com as despesas, o acesso ao ensino privado vem impedindo muitos candidatos de ingressarem nos cursos oferecidos.

Em termos de democratização de acesso ao ensino superior, há uma diferença que demarca os processos de expansão, nos dois segmentos. Ampliar cursos e vagas é um processo em prol da expansão, entretanto, a educação superior que é paga não pode ser entendida como democrática. Não há democracia se há imposição financeira na relação do serviço educacional prestado.

Sobre o assunto, Santos & Naomar-Filho (2008: 25) analisam que:

[...] com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores.

No Brasil, como a maior parte das famílias não dispõe de recursos financeiros para arcar com tais custos, a opção que lhes resta é a busca pelos financiamentos nas Instituições de Ensino Superior- IES, da rede privada. São exemplos políticas governamentais como o FIES, destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva.

Além do FIES, em 2005, o PROUNI, legalmente formalizado pela Lei nº 11.096/2005, tem a finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas.

Tanto FIES quanto o PROUNI têm movimentado um grande montante da verba pública. Tais investimentos no setor privado, por sua vez, estão nomeadamente legitimados nas duas edições do PNE, aprovados pelo Congresso Nacional.

O governo Fernando Henrique Cardoso realizou um profundo reordenamento interno das universidades públicas vem fazendo um profundo reordenamento interno das universidades públicas, particularmente as IFES, através da venda de “serviços educacionais”. A relação entre a venda de “serviços educacionais” e a expansão do acesso à Educação Superior está materializada através da oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós-graduação lato sensu; do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas para realização de consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado; da concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; da criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas

públicas e privadas, considerados cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização (LIMA, 2008).

Desse modo, no PNE, a meta de expansão até 2024 será de 50%, para a população entre 18 e 24 anos, estando em 2013⁸ com o total de 32,3%, quanto ao número de matrículas no ensino superior, configura-se como um objetivo atingível, dada às parcerias público-privadas e total apoio à continuidade da existência dos grupos e mantenedoras das redes de faculdades particulares, o que não implica dizer que o investimento no setor público será priorizado da mesma forma, especialmente no que tange às condições de permanência estarão garantidas para que os estudantes de baixa renda (sobretudo os que ingressaram por reserva de vagas) consigam concluir os seus estudos. Na Tabela 3, abaixo, expressa esse fenômeno da continuidade da privatização na educação superior no Brasil, conforme apontaram essa tendência no artigo intitulado “Educação superior, expansão e reformas educativas”, das autoras Mancebo, Bittar e Chaves (2012).

Tabela 3- Número de Matrículas de Graduação- Modalidade Presencial (Brasil 2003/2012)

Ano	Instituições Públicas	Peso%	Instituições Privadas	Peso%	Total Superior
2003	1136370	29,2%	2750652	70,8%	3887022
2012	1715752	29,0%	4208086	71,0%	5923838
Variação % 2003 e 2012	51,0%	-	53,0%	-	52,4%

Fonte: elaborado pelas autoras (dados INEP/2003 e 2014)

Compreende-se, portanto, que cursar uma universidade pública continua sendo possível somente para os estudantes que tiveram acesso a uma formação de qualidade na educação básica. Como analisam Catani e Hey (2010) e Nogueira (2002), contemporâneos da teoria bourdieusiana, os projetos de educação vêm sendo estrategicamente desenhados para manter as posições de poder na sociedade e, por isso, imprescindível estudá-la para melhor compreender os efeitos das desigualdades sociais, que culminam com desigualdades de oportunidades, no caso brasileiro, particularmente

⁸ Dados extraídos do observatório do PNE disponível em < <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>>. Acesso em 24 mar. 2015.

associadas aos critérios de raça, gênero e classe social e, também, contribui para o desvelamento das lógicas que movem as estratégias de reprodução social, e que estão impregnados nos discursos sobre a democratização da educação superior no país.

Ou seja, tanto na escola quanto na universidade, os dois espaços foram concebidos como sendo o espaço por excelência para se medir as vantagens ou desvantagens culturais acumuladas nas trajetórias acadêmicas de diferentes sujeitos.

Uma das preocupações mais emergentes, no contexto brasileiro é justamente a necessidade de investimentos na educação básica visando garantir as melhorias nas estruturas das escolas, das condições de trabalho, ampliação do número de vagas para o ensino médio, ampliar o número de profissionais, através de concursos para efetivos⁹, elevar salário dos professores e qualificar o processo de ensino.

Todas essas necessidades, por sua vez, estão presentes também no ensino superior público brasileiro. Como já mencionado, o percentual do PIB destinado à educação, como um todo, prevê investimentos em todos os níveis de escolarização, no entanto, embora a meta estipulada no novo PNE, boa parte dos recursos estão legitimamente direcionados à iniciativa privada, através de políticas como o PROUNI e FIES.

No senso comum, as políticas governamentais estão sendo veiculadas como sendo democráticas, justamente por estarem contribuindo para tornar o acesso à universidade pública mais viável para as camadas da população historicamente excluídas, em especial a partir das ações afirmativas adotadas pela maior parte das Instituições Federais de Ensino- IFES, que preconizam uma reserva de vagas para estudantes do ensino médio da rede pública e maior inclusão de pretos e pardos, correspondentes a 53,1% da população brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios- PNAD/ IBGE, em 2013.

A partir da adoção da política das ações afirmativas, desde 2002, esse cenário tem realmente modificado a estrutura das universidades públicas, com a inclusão de mais estudantes, sobretudo no recorte social, mas há ainda uma baixa participação da população negra, quanto ao ingresso via recorte racial. Necessário investigar também se há maior inserção em cursos de menor ou maior prestígio social, tendo em vista as dificuldades que apresentam em cursos de maior concorrência como Medicina, Direito e

⁹ Há mais de duas décadas temos assistido no país, a realização de muitos concursos públicos estaduais para contratação temporária, impedindo as escolas de terem equipes permanentes e que possam desenvolver na íntegra seus projetos pedagógicos.

Engenharias. Essa realidade aponta, portanto, para a manutenção das desigualdades sociais, porque não vem permitindo a ascensão de negros e pardos a espaços de poder.

Considerações finais

De acordo com os pressupostos de Bourdieu (1982), uma vez que a escola discursa e inculca a ideia de que todos os indivíduos que ingressam são iguais, e, portanto, acessa uma mesma cultura escolar, mesmo tendo origem social diferente, esse discurso favorece ao sistema educacional conservar os mecanismos que perpetuam as desigualdades de oportunidades. Para dar continuidade à sua função de conservação, basta apenas manter a lógica de sua organização. Isto é, ignorar as diferenças e transmitir um saber que apenas parte de sua clientela tem condições de aproveitar.

Portanto, as instituições escolares exercem sobre as camadas populares níveis sobrepostos de violência simbólica, dado que, além de referendar o capital cultural dos alunos pertencentes às camadas privilegiadas da população, convence aqueles que não são “herdeiros” da mesma cultura erudita de que são eles os responsáveis por seu próprio insucesso na escola.

Entretanto, no caso dos estudantes que, mesmo tendo tudo pouco acesso aos bens culturais e educação básica de qualidade, o acesso ao ensino superior público pode estimular diferentes conquistas de capitais culturais, incluindo a certificação ao final da graduação.

O desafio desse momento é compreender essas transformações no cenário da educação superior. Urge a necessidade de ampliação do diálogo com a sociedade, sobre as políticas educativas em curso, tanto no Brasil quanto em Portugal, para chamar a atenção da necessidade de se reduzir os níveis desigualdades sociais presentes e disseminadas nos dois contextos, como efeitos perversos do neoliberalismo na educação superior nos dois países.

Pesquisadores, estudantes, professores e gestores precisam continuar mobilizados para garantir que esses novos espaços sejam democraticamente de todos que desejarem investir na formação acadêmica, destacando-se em novos espaços da nossa sociedade, por direito, e não apenas por merecimento, pois, como afirma Arroyo (2011) torna-se significativo que os coletivos entrelacem essas lutas para dar fim às implicações da economia e do mercado, que limitam o acesso ao ensino superior público, tanto pelas

defasagens escolares, que acaba concentrando um maior percentual de vagas no ensino privado, no caso brasileiro, quanto pela impossibilidade no pagamento das propinas (anualidades), tendo as famílias que investirem na educação dos seus filhos, já que a crise não permite tal investimento, em Portugal.

Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. *Revista Brasileira de Política e Administração (RBPAA) da Associação Nacional de Política e Administração da Educação*. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre, 2011, pp.83-94.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) (1998), *Escritos de educação*: 2. ed. Petrópolis: Vozes.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2003*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf. Acesso em 12 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2012*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em 22 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13.005, em 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências, Câmara dos Deputados, Brasília- DF, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 24 mar. 2015.

CABRITO, B. G. *O financiamento do ensino superior*. Lisboa: Educa, 2002.

CABRITO, B. G; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. (Orgs.). *Os desafios da expansão em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização*. Lisboa: Educa, 2014.

CERDEIRA, L. Ensino Superior Português. O que andámos para aqui chegar!. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Lisboa, Ano 6, Número 1, p.131-147, 2013.

CERDEIRA, L. *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*. Coimbra: Almedina, 2009.

CESTES. Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. *Relatório CESTES. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. Orgs. Luisa Cerdeira, Belmiro Cabrito. Lisboa: EDUCA, 2014.

COSTA A. F., Caetano A. *Empréstimos com Garantia Mútua a Estudantes do Ensino Superior: Análise do Inquérito de 2011 e Comparação com o Inquérito de 2009*. CIES-IUL, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, 2007, p. 809-829.

CUNHA, Luiz Antônio. 0. *Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado*. *Educ. Soc.*, Campinas, n. 88, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 mar. 2015.

DGEEC. *Direcção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Disponível em <<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>> Acesso em 22 mar. 2015.

DGES. *Direcção Geral do Ensino Superior*. Disponível em <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>>. Acesso em 24 mar. 2015.

DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. De. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (1996). *Educação e a crise no capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a ‘crise da dívida’. *Universidade e Sociedade. Educação: prioridade nacional?* ANDES. Ano VI- nº 39. 2007. Disponível em <<http://www.andes.Org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-84675890.pdf>>. Acesso em 08 mar.2015.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã, 2003.

LIMA, Kátia. Reformas e políticas de Educação Superior no Brasil. In: MANCEBO, Deise, SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João. (Org.). *Reformas e políticas: Educação Superior e Pós-Graduação no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 53-72.

LIRA, Miguel; GONCALVES, Miguel; MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Instituições de ensino superior públicas em Portugal: sua administração sob as

premissas da new public management e da crise econômica global. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100099&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 mar. 2015.

MANCEBO, DEISE; VALE, ANDRÉA ARAUJO DO; MARTINS, TÂNIA BARBOSA. POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 1995-2010. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 mar. 2015.

MANCEBO, Deise; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. (Org). *Educação Superior: expansão e reformas educativas*. Maringá: Eduem, 2012. 242 p.

OCDE (2014). Education at Glance 2014. OECD Indicators, OECD Publishing. Disponível em <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>> Acesso em 22 mar. 2015.

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). *Relatório Nacional PISA 2012: resultados brasileiros*. Disponível em <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf>. Acesso em 22 mar. 2015.

SANTOS, Boaventura S.; ALMEIDA-FILHO, N. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível a partir de <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em 17 mar. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educ. rev.*, Curitiba n. 31, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 fev. 2015.